

Jornal O Tempo

24 de janeiro

10 O TEMPO Belo Horizonte
QUINTA-FEIRA, 24 DE JANEIRO DE 2019

Política

Entrevista

**Alberto
Diniz Júnior**
PRESIDENTE DA AMAGIS



HOJE
NO CAFÉ COM POLÍTICA

8h

Maria Abadia de Souza
Presidente do Sisipsemg

Em entrevista ao **Café com Política**, da rádio Super 91,7 FM, o desembargador Alberto Diniz Júnior fala sobre a dramática situação financeira vivida pelo Estado e os rumos que a Associação dos Magistrados Mineiros tomará nos próximos três anos.



‘O dever de casa do Executivo ficou no meio do caminho’

O senhor tomou posse como presidente da Associação dos Magistrados de Minas no dia 3 de janeiro e ficará no cargo por três anos. Quais são as prioridades da sua gestão? A prioridade da presidência é, primeiro, tomar conhecimento de todas as ações da associação e, claro, a defesa intransigente do magistrado. Nós estamos atentos a tudo que envolve a magistratura mineira e a magistratura nacional, já que temos um ponto de apoio importante, que é a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), em Brasília, e estamos aí na defesa do magistrado, preocupados com o aperfeiçoamento da magistratura, com o aperfeiçoamento do magistrado, com a sua carreira, com as situações que o cercam, com sua segurança, com suas prerrogativas, enfim, com tudo aquilo que é de interesse da magistratura nacional e da magistratura mineira.

Eu gostaria de saber do senhor sobre a disposição do Judiciário de entrar numa possível reforma da Previdência no Estado. Olha, a reforma vai passar não pelo Estado, mas pelo próprio poder central, pelo governo federal, através de proposta que será lançada pelo governo de Jair Bolsonaro. Estamos atentos e aguardando, evidentemente, o que vai acontecer nesse projeto de reforma. Ainda não foi entregue o projeto, estamos aguardando quais seriam os pontos a serem atacados pela reforma. Um dos pontos que a nós nos preocupa muito é o ponto onde eles estão dis-

cutindo a capitalização da Previdência, dos recolhimentos da Previdência. Vocês sabem muito bem que hoje nós temos um modelo de repartição, e querem agora um modelo de capitalização. Ou seja, o servidor, de uma maneira geral, faz a capitalização de seu dinheiro para, no futuro, receber a sua aposentadoria. Hoje sabemos que temos um modelo de repartição, as pessoas ativas no trabalho contribuem para a Previdência, para o pagamento dos aposentados. O que a gente vê nessa situação é um problema demográfico. A vida do brasileiro está se estendendo de uma maneira geral, os aposentados estão se aposentando mais tarde, e há menos contribuição na Previdência. O que nos preocupa é isso, esse modelo. Anos não nos preocupa muito a questão de tempo de contribuição ou de idade. O magistrado está consciente e ciente de que deve contribuir e trabalhar, é claro, para construir o seu projeto de Previdência. Mas é bom que se diga que a nossa magistratura, de 2006 para cá, não tem mais a sua aposentadoria integral, em razão do valor que recebe. Ele (magistrado) hoje contribui para o regime geral da Previdência Social e se aposenta com R\$ 5.882, que me parece que é o limite da Previdência (na realidade, o teto atual é de R\$ 5.645,81).

Até diante disso, muito sempre se discutiu no Brasil sobre os supostos privilégios que existiriam para os servidores públicos. O senhor acha que ainda há privilégios que possam ser cortados ou eles não existem

mais? Eu posso falar pela magistratura, posso falar pelos magistrados. Nós não temos privilégios, temos um salário digno, que nos dá um suporte para que possamos julgar com independência e que podemos dar garantia ao cidadão da aplicação do seu direito. O magistrado tem que ter essas garantias, e essas garantias são constitucionais, de irredutibilidade de vencimentos, de inamovibilidade, de vitaliciedade. Isso são cânones constitucionais, e os magistrados têm que ter essa garantia para, evidentemente, ter tranquilidade nos julgamentos. Então, me parece que os benefícios, se é que eles existem, como a sociedade civil enxerga por esse lado, são benefícios que garantem ao magistrado a sua independência. E a tranquilidade do magistrado é a tranquilidade do cidadão.

A gente vem noticiando com frequência a situação caótica pela qual passa o Estado hoje. Um cenário de extrema dificuldade, de parcelamento de salários, por exemplo. Isso não afeta a magistratura, porque os Poderes são independentes, e o Estado é obrigado a repassar a contribuição mensal ao Judiciário, e, até onde sabemos, isso tem sido feito de maneira adequada. Mas eu pergunto: como o senhor tem visto este momento dramático vivido por Minas? Eu tive um contato com o governador Romeu Zema Neto no dia em que ele esteve visitando o presidente do Tribunal de Justiça de Minas, e ele ainda não havia tomado posse, e eu trabalhava ao lado do presidente, como superintendente adjunto adminis-

“Vi nele (Zema) a vontade de transformar o Estado com ações econômicas e de governo que poderiam solucionar os problemas.”

“Nós não temos privilégios, temos um salário digno, que nos dá um suporte para que possamos julgar com isenção.”

trativo do Tribunal de Justiça. Eu tive a oportunidade de conversar um pouco com o governador e vi nele, à época candidato já eleito, a vontade de transformar o Estado através de ações econômicas e de governo que poderiam solucionar os problemas do Estado, e os problemas mais prementes do Estado são os problemas de pagamento de pessoal. Temos que deixar bem claro uma situação. Cada Poder, e os Poderes são independentes e harmônicos, têm que fazer o seu dever de casa. O Tribunal de Justiça faz o seu dever de casa de forma muito bem feita. O presidente Nelson Missias de Moraes é um supergestor hoje do tribunal, um homem sério, dedicado ao trabalho, trabalha 24 horas em prol da magistratura mineira e traz o Tribunal de Justiça na sua devida organização e com o seu orçamento enxuto e dentro daquilo que o Estado passa para o Poder Judiciário. Então, cada Poder faz o seu dever de casa. Ao que me parece, o dever de casa do Executivo ficou um pouco no meio do caminho. Problemas de pagamento de pessoal, problemas de composição do 13º, enfim, de toda uma situação econômica, de repasses aos municípios. Está sendo muito difícil para os municípios, e é claro que o Poder Judiciário fica recebendo as judicializações dessas demandas. O presidente Nelson Missias de Moraes, atento a isso, pois é da competência do presidente do TJMG a decisão desses processos, dessas medidas, está analisando aquilo que pode ou não ser liberado em razão da condição financeira que enfrenta

o Estado de Minas Gerais.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, anunciou que pretende enviar ao Congresso Nacional um projeto do acordo penal, que tenta fazer com que acusados possam, por exemplo, confessar crimes para encerrar os processos mais rapidamente, tudo numa tentativa de agilizar o trabalho do Judiciário. Como presidente da Amagis, eu gostaria de saber o ponto de vista do senhor sobre essa iniciativa. Eu concordo. Essas medidas não são medidas novas, são situações já antigas do direito americano, chamada “plea bargain”, que são os acordos “debaixo da mesa”, no sentido de fazer as delações premiadas, entregar aquela situação de crime e ser (réu) beneficiado. Eu vejo isso com bons olhos, porque a verdade é que você tem que buscar apurar o máximo possível de crimes, especialmente na esfera de colarinho-branco, crimes contra a economia nacional, todos esses crimes graves que deixam em situação muito difícil o Estado. E não podemos perder de vista que muitas dessas pessoas que estão dando benefícios extraordinários, recuperando esta cidadania para o convívio social. Então, eu vejo com muitos bons olhos essa ação do ministro da Justiça Sergio Moro.

Jornal Hoje em Dia
28 de janeiro

► **DESEMBARGADOR ALBERTO DINIZ**

'A JUSTIÇA VAI ADEQUAR O ORÇAMENTO À REALIDADE DO TRIBUNAL'

PRESIDENTE DA AMAGIS DIZ QUE VERBA PRÓPRIA EXIME JUDICIÁRIO DE "CORTAR NA CARNE"

| **RAFAELA MATIAS**

| rsantos@hojeemdia.com.br

O desembargador Alberto Diniz, que tomou posse como presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) no último dia 3, tem uma missão pela frente: manter a estrutura de trabalho dos cerca de mil juízes e 130 desembargadores que atuam nas 296 comarcas do Judiciário mineiro, apesar da crise financeira enfrentada pelo Estado.

Defensor da manutenção dos direitos previdenciários adquiridos, ele encara como prerrogativa do Tribunal de Justiça de Minas Gerais ter um orçamento próprio que garanta o aperfeiçoamento da atividade-fim, sem precisar abrir mão da verba por causa dos problemas enfrentados pelos outros poderes.

Em entrevista ao *Hoje em Dia*, Alberto Diniz fala sobre os principais desafios a serem enfrentados pela sua gestão e traça um panorama da situação atual da Justiça em Minas.

Uma das propostas do senhor à frente da Associação é aperfeiçoar o Judiciário. Quais são os principais desafios?

A maior preocupação que temos hoje é a duração razoável dos processos. Precisamos trabalhar para retirar do poder Judiciário e de nossos magistrados essa situação constrangedora quanto à demora da Justiça. A associação, como braço político do Tribunal de Justiça e do Poder Judiciário de Minas, busca uma interlocução com o presidente do Tribunal para dotar as comarcas de juízes, melhorar as condições de trabalho, melhorar a situação de segurança e, claro, incentivar a ampliação do Processo Judicial Eletrônico, que tem nos ajudado muito na distribuição mais rápida.

Como funciona o Processo Judicial Eletrônico e por que ele ajuda tanto?

O programa foi desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Paraná e hoje também está disponível aqui

em Minas. Quem comanda a plataforma de julgamentos é o Conselho Nacional de Justiça e ela é disponibilizada eletronicamente aos magistrados, que lá vão despachando e julgando os casos, sem a necessidade de papel. O PJE é a grande mola propulsora de julgamento de processos e da entrega mais rápida da prestação jurisdicional. Por meio dele, conseguimos dar andamento mais rápido às demandas tanto na esfera cível quanto criminal. No Brasil, hoje, temos cerca de 100 milhões de processos em andamento. Em Minas, são quase 6 milhões. É uma gama muito grande e estamos buscando melhorias para agilizar essa resposta, não só por meio do processo eletrônico, mas também pelos Centros Judiciais de Solução de Conflitos e pelo sistema pré-processual. A conciliação hoje é a pedra de toque para a solução dos conflitos.

O senhor considera a Justiça lenta?

Penso que o magistrado

tem buscado alternativas para dar sequência a um bom trabalho do poder Judiciário. Mas, evidentemente, todo processo tem duas partes e é preciso dar oportunidade a elas de fazerem as provas que entenderem necessárias. O Código de Processo Civil determina prazos para recursos.

Esses prazos são exagerados?

Eu considero. Penso que a última reforma que teve não deu uma definição ainda aos magistrados quanto à redução dos prazos. Nós precisamos ficar atentos a isso, porque ainda está um pouco exagerado.

Uma possível extinção da Justiça do Trabalho poderia piorar ainda mais esse quadro de lentidão?

A Justiça do Trabalho faz parte da Justiça Federal, então não é possível dizer se a extinção implicaria em aumento de serviço para a Justiça estadual. Mas houve um encontro do presidente Jair Bolsonaro com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, no qual ficou entendido que a Justiça do Trabalho irá continuar sem qualquer problema. Penso que reformas virão, mas é tudo especulação.

O senhor defende o Projeto Pontualidade, antigo Projeto Julgar, como forma de reduzir as taxas de congestionamento judicial nas varas criminais e contribuir para o aumento da produtividade nas comarcas. Como ele funciona?

Os processos são remetidos do interior para a capital para uma equipe de assessores nomeados pelo TJ, por meio dos cargos de recrutamento amplo. Eles trabalham durante todo o dia na prolação de sentenças cíveis e criminais para as comarcas que estão com o trabalho represado, dando maior eficiência ao julgamento nas varas que estão com dificuldades. Esse projeto, que foi retomado pela atual administração do TJ, é muito exitoso e está dando resultados significativos do ponto de vista

de agilização e de excelência de julgamento.

O senhor apoia a ampliação das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs), como modelo prisional alternativo, para humanizar o sistema penal e garantir a recuperação de internos. Existem números que comprovem os benefícios desse sistema?

Nós temos hoje um índice muito pequeno de recidiva nas Apacs, algo em torno de 10%. No sistema comum, a reincidência chega a 90%. Atribuo isso ao método de autorregulação da prisão pelo próprio preso. As Apacs têm uma estrutura muito favorável aos internos, eles é que tomam conta do espaço, fazem a própria comida, a limpeza, mantêm a entrada e saída do cárcere. Claro que tudo isso é muito bem organizado e fiscalizado pelo poder Judiciário. Além de dar mais chance de reintegração social, esse sistema também gera economia. Para se ter uma ideia, um preso comum custa hoje para o Estado em torno de 3 mil reais, enquanto um preso de Apac custa em torno de 1 mil reais. É uma super economia vinda do sistema de autorregulação, que permite a redução de custos.

O senhor destaca a importância da independência de julgar do magistrado contra pressões de toda ordem. Quais são as principais pressões sofridas pelo Judiciário hoje?

Quando o magistrado está trabalhando, as partes também estão envolvidas no processo. Se é um processo criminal ou cível de repercussão pública, socioeconômica ou ambiental, isso evidentemente gera uma pressão social em cima do magistrado, para julgamento mais rápido ou para tomar uma determinada decisão. O Judiciário pode sofrer, inclusive, pressão de outros poderes, dependendo das pautas de julgamento. Cabe ao magistrado, na sua independência fundamental e constitucional, analisar o processo e decidir levando em consideração a sua consciência e a prova dos autos, da forma que melhor lhe convier, sem sofrer pressões e sem se deixar levar por elas.

Um estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) identificou 110 magistrados sob ameaça no país, dos quais cinco em Minas. O senhor considera suficientes os mecanismos de segurança adotados hoje?

Me parece que, no mo-

mento, são suficientes para garantir ao magistrado uma certa segurança, como o acompanhamento de policiais militares e civis e pesquisas feitas pelos profissionais de segurança pública para buscar informações. Estamos trabalhando para que todas as comarcas do interior de Minas sejam dotadas de segurança, com equipamentos como porta com detector de metais e guardas armados. Assim, nós ampliamos a segurança do magistrado e também do cidadão, dos advogados, do Ministério Público, de todos os personagens que estão envolvidos na administração da Justiça. Além dessas ações que o TJ vem implementando, nós, aqui da Associação, temos o nosso próprio setor de segurança institucional, que permite fazer acompanhamento dos magistrados sob ameaça em Minas.

Presidente da Amagis concede entrevistas a veículos de Comunicação

Durante o mês de Janeiro, o presidente Alberto Diniz, atendeu jornalistas e concedeu entrevistas em veículos de comunicação do Estado de Minas Gerais, para falar sobre desafios e prioridades de sua gestão. O desembargador foi à Rádio Itatiaia, Rádio CBN e Rádio Super FM, onde abordou assuntos como a reforma da Previdência, sistema prisional, aper-

feiçoamento da Magistratura e da prestação jurisdicional, segurança de magistrados e frequentadores das unidades judiciárias do Estado, entre outros assuntos. Além de rádios, o presidente da Amagis também concedeu entrevistas para jornais, entre eles o Hoje em Dia e O Tempo.

As entrevistas estão no site da Amagis e podem ser acessadas abaixo.

Alberto Diniz em entrevista na Rádio Itatiaia, no dia 16 de janeiro



Rádio Itatiaia - <https://goo.gl/4KUS1E>



Presidente na sede da Rádio Super FM, no dia 23 de janeiro



Rádio Super FM - <https://goo.gl/bkA2Ze>



OUÇA AS ENTREVISTAS ATRAVÉS DOS ENDEREÇOS ENCURTADOS OU PELO QR CODE

Rádio CBN - <https://goo.gl/9uy7Z6>

